

## BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos reais – R\$)

<b>A T I V O</b>	Nota	<b>06/2021</b>	<b>06/2020</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.102.263,76</b>	<b>6.060.119,22</b>
DISPONIBILIDADES	4	26.881,00	6.339,37
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	3.611.890,35	3.160.866,60
Carteira Própria		3.611.890,35	3.160.866,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	2.096.449,39	2.006.004,18
Setor Privado		2.127.139,23	2.031.356,08
(-) Provisão de Crédito		-30.689,84	-25.351,90
OUTROS CRÉDITOS	7	360.387,02	884.736,28
Diversos		360.387,02	884.736,28
OUTROS VALORES E BENS	8	6.656,00	2.172,79
Despesas Antecipadas		6.656,00	2.172,79
<b>PERMANENTE</b>		<b>6.340,73</b>	<b>8.478,83</b>
IMOBILIZADO DE USO	9	2.981,33	3.932,57
Outras Imobilizações de Uso		58.171,88	58.171,88
(-) Depreciações Acumuladas		-55.190,55	-54.239,31
INTANGÍVEL	10	3.359,40	4.546,26
Ativos Intangíveis		6.463,03	6.463,03
(-) Amortização Acumulada		-3.103,63	-1.916,77
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.108.604,49</b>	<b>6.068.598,05</b>
<b>P A S S I V O</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>521.470,69</b>	<b>504.534,75</b>
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIOS		0,00	800,00
Empréstimos País - Outras Inst.		0,00	800,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	521.470,69	503.734,75
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.248,08	0,00
Sociais e Estatutárias		181.422,18	182.475,18
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		11.779,73	12.895,30
Diversas		327.020,70	308.364,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	5.587.133,80	5.564.063,30
Capital Social		5.091.739,66	5.058.495,18
Reservas de Lucros		498.171,86	498.171,86
Sobras ou Perdas Acumuladas		-2.777,72	7.396,26
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.108.604,49</b>	<b>6.068.598,05</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Carlos Alberto Ildefonso  
Diretor Responsável pela Contabilidade

Janaina Conceição Braga  
Contadora /CRC MG 77044/0-3

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos reais – R\$)

	Nota	06/2021	06/2020
<b>RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>321.133,06</b>	<b>368.230,95</b>
Operações de Crédito	13	277.171,00	368.230,95
Resultado de Oper.c/Títulos e Vlrs.Mobiliarios	13	43.962,06	0,00
<b>DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>-7.654,48</b>	<b>-9.634,39</b>
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	14	-7.654,48	-9.634,39
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>313.478,58</b>	<b>358.596,56</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>-316.256,30</b>	<b>-252.181,41</b>
Despesa de Pessoal	15	-244.367,99	-224.753,14
Outras Despesas Administrativas	16	-91.770,07	-120.504,88
Despesas Tributárias	17	-1.197,86	-1.039,96
Outras Receitas Operacionais	18	21.079,62	94.116,57
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>-2.777,72</b>	<b>106.415,15</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0,00	0,00
<b>RESULTADO ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>-2.777,72</b>	<b>106.415,15</b>
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		0,00	0,00
<b>SOBRAS OU PERDAS</b>		<b>-2.777,72</b>	<b>106.415,15</b>
JUROS SOBRE CAPITAL		0,00	-68.000,00
<b>SOBRAS OU PERDAS LIQUIDAS</b>		<b>-2.777,72</b>	<b>38.415,15</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Carlos Alberto Ildefonso  
Diretor Responsável pela Contabilidade

Janaina Conceição Braga  
Contadora /CRC MG 77044/0-3

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos reais – R\$)

Descrição	06/2021	06/2020
Sobras/Perdas	-2.777,72	38.415,15
Depreciações e Amortizações	2.138,10	1.791,78
Provisão para Operações de Crédito	7.654,48	9.634,39
Provisão de Juros ao Capital	0,00	68.000,00
	<b>7.014,86</b>	<b>117.841,32</b>
<b><u>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</u></b>		
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b><u>Aumento (redução) em ativos operacionais</u></b>		
Operações de Crédito	392.667,06	441.355,22
Outros Créditos	12.860,10	-684,51
Outros Valores e Bens	905,82	-5.396,20
Títulos e Valores Mobiliários	0,00	0,00
<b><u>Aumento (redução) em passivos operacionais</u></b>		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.000,00	4.000,00
Outras Obrigações	-206,56	6.262,02
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao Capital	7.396,26	0,00
	<b>424.637,54</b>	<b>563.377,85</b>
<b>1- Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>		
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de investimentos	0,00	-36.129,04
Aplicação no Intangível	0,00	-6.133,82
Distribuição Sobras da Central	21.079,62	0,00
	<b>21.079,62</b>	<b>-42.262,86</b>
<b>2-Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos</b>		
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Aumento de Capital por Subscrição	594.146,51	617.881,26
Devolução de Capital	-568.298,29	-875.465,63
	<b>25.848,22</b>	<b>-257.584,37</b>
<b>3-Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos</b>		
Soma (1 -2-3)	471.565,38	263.530,62
Saldo no Início do Período	3.167.205,97	3.091.685,04
Saldo no Fim do Período	3.638.771,35	3.355.215,66
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>471.565,38</b>	<b>263.530,62</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Carlos Alberto Ildefonso  
Diretor Responsável pela Contabilidade

Janaina Conceição Braga  
Contadora /CRC MG 77044/0-3

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>5.787.378,27</b>	<b>497.247,33</b>	<b>115.131,48</b>	<b>6.399.757,08</b>
Por Subscrição/Realização	617.881,26			617.881,26
Por Devolução ( - )	-875.465,63			-875.465,63
Sobras ou Perdas Líquidas			106.415,15	106.415,15
Provisão Juros ao Capital			-68.000,00	-68.000,00
<b>Saldo em 30/06/2020</b>	<b>5.529.793,90</b>	<b>497.247,33</b>	<b>153.546,63</b>	<b>6.180.587,86</b>
Sobras/Perdas Acumuladas			-27.269,83	-27.269,83
Ao FATES			-80.000,00	-80.000,00
Ao Capital	35.131,48		-35.131,48	0,00
Por Subscrição/Realização	626.835,54			626.835,54
Por Devolução ( - )	-1.203.165,74			-1.203.165,74
Provisão Juros ao Capital	69.900,00		-1.900,00	68.000,00
Destinações FATES/Res. Legal		924,53	-1.849,06	-924,53
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.058.495,18</b>	<b>498.171,86</b>	<b>7.396,26</b>	<b>5.564.063,30</b>
Ao Capital	7.396,26		-7.396,26	
Por Subscrição/Realização	594.146,51			594.146,51
Por Devolução ( - )	-568.298,29			-568.298,29
Sobras ou Perdas Líquidas			-2.777,72	-2.777,72
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>5.091.739,66</b>	<b>498.171,86</b>	<b>-2.777,72</b>	<b>5.587.133,80</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Carlos Alberto Ildefonso  
Diretor Responsável pela Contabilidade

Janaina Conceição Braga  
Contadora /CRC MG 77044/0-3

---

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em R\$ mil)

### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A LTDA - CECREM**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 20/09/1995. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Cooperativa tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- I. o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- II. prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- III. a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo em 26/08/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

#### 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

##### a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

- Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.
- A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.
- Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.
- A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

### **a) Apuração do resultado**

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado.

As despesas e as receitas operacionais, são proporcionalizadas de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

## **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

## **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades de depósitos de livre movimentação mantidos em estabelecimentos bancários e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

## **d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

## **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

## **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

## **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma



provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### **q) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **r) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **s) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

#### **4. Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa (disponibilidades) apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades (a)	26.881,00	6.339,37
Cotas de Fundo de Renda Fixa Bradesco (b)	2.409.524,77	1.608.685,68
Cotas de Fundo de Renda Fixa Santander(c)	1.202.365,58	1.552.180,92
<b>Total</b>	<b>3.638.771,35</b>	<b>3.167.205,97</b>

- (a) Referem-se a depósitos de livre movimentação mantidos em estabelecimentos bancários.  
(b) Refere-se a aplicação financeira em Fundo de Renda Fixa no Banco Bradesco, cujo rendimento auferido no período de 01/2021 a 06/2021 o valor de **R\$30.386,31** com taxa média de 105,78% do CDI.  
(c) Refere-se a aplicação financeira em Fundo de Renda Fixa no Banco Santander cujo rendimento auferido no período de 01/2021 a 06/2021 o valor de **R\$13.575,75** com taxa média de 109,53% do CDI.

## 5. Títulos e valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se à aplicação financeira em Fundo de Renda Fixa no Banco Bradesco – Bradesco Renda Fixa referenciado DI Supremo e Banco Santander – DI Empresas. Abaixo a composição por tipo de aplicação e valor.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Banco Bradesco DI SUPREMO	2.409.524,77	1.608.685,68
Banco Santander DI Empresas	1.202.365,58	1.552.180,92
<b>Total</b>	<b>3.611.890,35</b>	<b>3.160.866,60</b>

## 6. Operações de crédito

- a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos – Setor Privado	2.127.139,23	2.031.356,08
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(30.689,84)	(25.351,90)
<b>Total</b>	<b>2.096.449,39</b>	<b>2.006.004,18</b>

- b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Empréstimo 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	0,5%	Normal	1.799.191,75	8.995,96	1.640.226,14	8.201,13
B	1%	Normal	185.650,04	1.856,50	234.467,94	2.344,68
B	1%	Vencido	68.582,58	685,83	71.024,99	710,25
C	3%	Normal	23.917,46	717,52	42.358,40	1.270,75
C	3%	Vencido	25.804,12	774,12	24.687,61	740,63
D	10%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00
D	10%	Vencido	4.064,71	406,47	3.890,42	389,04
E	30%	Normal	0,00	0,00	1.070,58	321,17
E	30%	Vencido	862,91	258,87	2.440,12	732,04

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Empréstimo 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00
F	50%	Vencido	4.142,24	2.071,12	188,35	94,18
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00
G	70%	Vencido	0,00	0,00	1.511,74	1.058,22
H	100%	Vencido	14.923,42	14.923,42	9.489,79	9.489,79
<b>Total Normal</b>			<b>2.008.759,25</b>	<b>11.569,98</b>	<b>1.918.123,06</b>	<b>12.137,73</b>
<b>Total Vencido</b>			<b>118.379,98</b>	<b>19.119,86</b>	<b>113.233,02</b>	<b>13.214,15</b>
<b>Total Geral</b>			<b>2.127.139,23</b>	<b>30.689,84</b>	<b>2.031.356,08</b>	<b>25.351,90</b>
<b>Total Provisões</b>			<b>30.689,84</b>		<b>(25.351,90)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>2.096.449,39</b>		<b>2.006.004,18</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total Geral
Empréstimo consignado	394.182,51	877.107,11	855.849,61	2.127.139,23

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(25.351,90)	(38.468,76)
Constituições / Reversões	7.654,14	11.828,70
Transferência para Prejuízo	2.316,20	(1.288,70)
<b>Total</b>	<b>(30.689,84)</b>	<b>(25.351,90)</b>

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	82.056,65	3,86	63.684,89	3,14
10 Maiores Devedores	362.694,75	17,05	306.701,40	15,10
50 Maiores Devedores	822.885,92	38,69	788.271,27	38,81

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>129.497,69</b>	<b>117.902,99</b>
Valor de operações transferidas no período	2.316,20	11.828,16
Valor de operações recuperadas no período	(136,32)	(233,46)
Valor de baixa operações baixadas em prejuízo há +49meses	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>131.677,57</b>	<b>129.497,69</b>

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Fundo Fixo	0,00	12,75
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	7.155,89	0,00
Adiantamentos Pagamento de nossa conta	0,00	12,75
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	250.784,36	250.784,36
Devedores Diversos – País (c)	102.446,77	100.554,91
Títulos e Créditos a Receber (d)	0,00	533.384,26
<b>Total</b>	<b>360.387,02</b>	<b>884.736,28</b>

- a) Refere-se a valores antecipados a colaboradores de antecipação da 1ª parcela do 13º salário pago nas férias.
- b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$39.644,47), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$211.139,89).
- c) Em Devedores Diversos – País, estão registrados os valores a receber referente ao repasse de descontos de capitalização mensal e parcela de empréstimo consignado em dos cooperados do mês Junho/2021, recebidos até 5º dia útil do mês seguinte.
- d) Em Títulos e Créditos a Receber refere-se a valor a receber de cotas de capital depositado no SICOOB Central Cecemge.

## 8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Despesas Antecipadas (a)	6.656,00	7.561,82

- a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas: Apólice de seguro empresarial, Contribuição Cooperativista anual, Manutenção do site, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PSMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA conforme normas regulamentadoras emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	27.500,58	27.500,58
Sistema de Processamento de Dados	20%	25.361,47	25.361,47
Sistemas de Comunicação	10%	5.309,83	5.309,83
		<b>58.171,88</b>	<b>58.171,88</b>
Depreciação Acumulada		(55.190,55)	(54.239,31)
<b>Total</b>		<b>2.981,33</b>	<b>3.932,57</b>

## 10. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da cooperativa, como as licenças de uso de softwares.

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2020</b>
Outros Ativos Intangíveis	6.463,03	6.463,03
Amortização Acumulada	(3.103,63)	(1.916,77)
<b>Total</b>	<b>3.103,63</b>	<b>4.546,26</b>

## 11. Outras Obrigações

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.248,08	0,00
Sociais e Estatutárias	181.422,18	182.475,18
Fiscais e Previdenciárias	11.779,73	12.895,30
Diversas	327.020,70	308.364,27
<b>Total</b>	<b>521.470,69</b>	<b>503.734,75</b>

### 11.1 Sociais e Estatutárias

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Resultado de Atos com Associados (a)	156.952,73	158.005,73
Cotas de capital a pagar (b)	14.469,45	14.469,45
Provisão p/Participação nos Resultados	10.000,00	10.000,00
<b>Total</b>	<b>181.422,18</b>	<b>182.475,18</b>

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de cooperados desligados.

### 11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Impostos e Contribuições s/ Serv. Terceiros	416,73	246,07
Impostos e Contribuições s/ Salários	11.353,17	12.635,12
Outros	9,83	14,11
<b>Total</b>	<b>11.779,73</b>	<b>12.895,30</b>

### 11.3 Diversas

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	6.888,54	6.205,60
Provisão para Pagamentos a efetuar (b)	69.297,80	51.324,31
Provisão para Passivos Contingentes (nota24)	250.784,36	250.784,36
<b>Total</b>	<b>327.020,70</b>	<b>308.314,27</b>

- a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores: Fácil Informática Ltda, Arcom Informática e Plano de Assistência Médica.
- b) Referem-se à provisão para pagamento com despesas de Pessoal, Férias, INSS, FGTS, PIS e Honorários.

### 12. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Capital Social	5.091.739,66	5.058.495,18
Associados	991	1.044

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

### 13. Receitas da Intermediação Financeira

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
Operações de Crédito	277.171,00	368.230,95
Resultado de Operações c/Tit.e Vlr Mob.	43.962,06	0,00
<b>Total</b>	<b>321.171,00</b>	<b>368.230,95</b>

### 14. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões para Operações de Crédito	7.654,48	9.634,39

### 15. Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	8.585,76	8.585,76
Despesas de Honorários – Diretoria/Conselho de Administração	39.474,84	39.072,36
Despesas de Pessoal - Benefícios	29.260,68	27.297,83
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	47.713,82	44.575,23
Despesas de Pessoal - Proventos	119.332,89	105.221,96
<b>Total</b>	<b>244.367,99</b>	<b>224.753,14</b>

### 16. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Comunicações	2.117,19	2.155,86
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	3.000,00	3.917,90
Despesas de Material	418,58	402,88
Despesas de Processamento de Dados	33.351,26	29.782,73
Despesas de Promoções e Relações Públicas	130,00	773,47
Despesas de Seguros	134,17	166,06
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	1.670,05	1.407,55
Despesas de Serviços de Terceiros	15.603,09	6.473,94
Despesas de Transporte	60,56	32,21
Despesas de Amortização	1.186,86	840,54
Despesas de Depreciação	951,24	951,24
Despesas c/ Legaliz. de livros e docs./Emolum. Judic/cartorários	559,25	365,02
Despesa c/Mensalidade de Ouvidoria	6.282,11	4.114,21
Despesa c/Mensalidade da Central Sicoob - Cecremge	21.000,00	34.460,06
Despesa c/Contribuição - OCEMG	5.245,71	5.766,65
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	0,00	28.894,56
<b>Total</b>	<b>91.770,07</b>	<b>120.504,88</b>

### 17. Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesa de Contribuição ao COFINS	14,00	0,00
Despesa de Contribuição ao PIS	1.183,86	1.039,96
<b>Total</b>	<b>1.197,86</b>	<b>1.039,96</b>

### 18. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Distribuição de Sobras da Central Sicoob - Cecremge	21.079,62	36.129,04
Receitas Intercooperativas – Central Sicoob -Cecremge	0,00	57.987,53
<b>Total</b>	<b>21.079,62</b>	<b>94.116,57</b>

## 19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de operações de crédito.

a) Montante das operações ativas e passivas em 30/06/2021.

Montante das Operações Ativas	% em relação à carteira total
9.119,36	0,43

b) Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	Provisão de Risco	% da Operação de Crédito em Relação a Carteira Total
Empréstimo	11.313,71	56,57	0,53

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: empréstimos, a taxa de juros foi de acordo com o prazo de parcelamento e tipo da operação nas modalidades de operações de crédito.

Natureza da Operação de Crédito	Taxa Média Aplicada em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimo (*)	1,63%

(\*) Conforme Política de Crédito da CECREM, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação. As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais.

O saldo de Capital Social apresentado pela Cooperativa nas partes relacionadas foram:

30/06/2021	30/06/2020
122.420,52	114.897,34

c) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios Monetários – R\$
-----------------------------



Honorários – Conselho Fiscal	8.585,76
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	39.474,84
Encargos Sociais	9.612,12
<b>Total</b>	<b>57.672,72</b>

## 20. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	Depósitos Judiciais 30/06/2021	Depósitos Judiciais 30/06/2021
PIS	39.644,47	39.644,47
COFINS	211.139,89	211.139,89
<b>Total</b>	<b>250.784,36</b>	<b>250.784,36</b>

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 03/1999 a 07/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

## 21. Desfiliação da Cooperativa Sicoob Central CECREMGE

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Magnesita Refratários S.A Ltda. – CECREM, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de setembro de 2020 deliberou os seguintes assuntos **a)** aprovação do relatório de desfiliação do Sicoob Central Cecemge **b)** aprovação do Termo de Adesão ao convênio do Sicoob Central Cecemge; **c)** Reforma ampla do Estatuto Social, do artigo 1º ao artigo 91º.

## 22. Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos

Em atendimento a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e conforme faculta a Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitado para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco sócio ambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez. A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

## 23. Efeito Impacto COVID 19

Em função de orientação do Ofício Circular /CVM/SNS/SEP nº 02/2020 emitido em 10 de março de 2020, informamos que a CECREM considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes desta situação da epidemia do COVID 19 e objetivando minimizar os impactos e com apoio do Comitê Covid 19 da mantenedora Magnesita tomou medidas para evitar a propagação da Nova Corona vírus seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde. E adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão e para assegurar

condições de continuidade dos negócios e das atividades foi elaborado o Plano de Continuidade Operacional, contendo as ações a serem realizadas durante o período pandêmico. E sem caráter deliberativo, o diretor presidente disse na Assembleia Geral de 28/09/2020 sobre o momento de crise com a pandemia Covid-19 e as expectativas de melhoras com o retorno das admissões na empresa mantenedora.

Apesar dos impactos negativos na economia e no sistema financeiro no ano de 2020 decorrentes da pandemia a cooperativa não apresentou efeitos mais relevantes na evolução das principais rubricas do balanço patrimonial, do número de cooperados e no resultado em 30 de junho de 2021 em comparação a situação do segundo semestre de 2020, conforme resumido abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Evolução %
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.102.263,76</b>	<b>6.060.119,22</b>	0,70
Aplicações Financeiras TVM	3.611.890,35	3.160.866,60	14,27
Carteira de Crédito	2.127.139,23	2.031.356,08	4,72
(-) Provisão para Op. Crédito	-30.689,84	-25.351,90	21,06
% Provisão s/Op.de Crédito	1,44%	1,25%	15,20
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>5.587.133,80</b>	<b>5.564.063,30</b>	0,41
Capital Social	5.091.739,66	5.058.495,18	0,66
Reserva de Lucros	498.171,86	498.171,86	0,00
Nº de cooperados	991	1.041	-4,80
<b>Total de Receitas</b>	<b>342.212,68</b>	<b>332.533,45</b>	2,91
<b>Total de Despesas</b>	<b>-344.990,40</b>	<b>-361.703,25</b>	-4,62

#### 24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Patrimônio de Referência - PR	5.583.774,40	5.902.956,66
Montante de ativos ponderados pelo Risco – RWA	5.621.142,47	3.405.189,66
Índice de Basileia - IB	99,34	173,35

O Índice de Basileia (IB) é apurado de acordo com a fórmula:  $IB = PR / RWA$



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A LTDA  
Praça Louis Ensck, 240 - Cidade Industrial - Contagem/MG - CEP: 32.210-050 - Tel.31 3368-1440/1441  
E-mail: [cecrem@cecrem.com.br](mailto:cecrem@cecrem.com.br) - CNPJ: 00.913.314/0001-85 – Ouvidoria: 0800-725-0996

---

Contagem, 26 de agosto de 2021.

Carlos Alberto Ildfonso  
Diretor responsável pela contabilidade

Janaina Conceição Braga  
Contadora - CRCMG 77.044/0-3